



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – PPC

CAMPUS CAÇADOR

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Lato Sensu

CAÇADOR, outubro de 2016.

ORIENTAÇÕES:

- 1. O texto em vermelho refere-se às orientações de preenchimento.**
- 2. Manter os todos os itens definidos conforme a ordem deste formulário e escrever “Não se aplica.” quando não houver informação/descrição para aquela situação.**
- 3. No final do preenchimento, atualizar o sumário.**

SUMÁRIO

1 DADOS DA IES.....	4
1.1 Mantenedora.....	4
1.2 Mantida – Campus Proponente.....	4
1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta.....	4
1.4 Contextualização da IES.....	4
2 DADOS DO CURSO.....	7
2.1 Requisitos Legais.....	7
2.2 Parceria externa para a realização do curso.....	7
2.3 Dados para preenchimento do certificado.....	8
3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	9
3.1 Justificativa da oferta do curso.....	9
3.2 Objetivos do curso.....	11
3.3 Contribuições para o egresso.....	11
3.4 Público alvo.....	12
3.5 Ingresso no curso.....	12
3.6 Desligamento do discente.....	13
4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO.....	13
4.1 Metodologia.....	13
4.2 Matriz Curricular.....	16
4.3 Componentes curriculares.....	17
4.4 Atividades complementares.....	26
4.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem.....	26
4.6 Trabalho de Conclusão de Curso.....	28
4.7 Atividades de Tutoria (para cursos EAD).....	31
4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente.....	33
4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica.....	33
5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	33
5.1 Coordenador do Curso.....	33
5.2 Corpo Docente.....	33
5.3 Colegiado do Curso.....	34
6 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	34
6.1 Instalações gerais e equipamentos.....	34
6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD).....	34
6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD).....	35
6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD).....	35
6.5 Biblioteca.....	35
7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	35
8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO.....	35
9 ANEXO.....	36

1 DADOS DA IES

1.1 Mantenedora

Nome da Mantenedora:

Endereço:

Número:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

CNPJ:

Telefone(s): ()

Ato Legal:

Endereço WEB:

Reitor(a):

Orientação: (Nome da mantenedora, base legal da mantenedora (endereço, CEP, razão social, registro em cartório e atos legais, CNPJ, telefone, email, página web)

1.2 Mantida – Campus Proponente

Nome da Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus Caçador

Endereço: Av. Fahdo Thomé

Número: 3000

Bairro: Champagnat

Cidade: Caçador

Estado: SC

CEP: 89500-000

CNPJ: 11.402.887/0018-09

Telefone(s): (49) 3561-5700

Ato Legal:

Endereço WEB: www.cacador.ifsc.edu.br

Diretor Geral(a): Eduardo Nascimento Pires

1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta

Nome: Eduardo Nascimento Pires	Email: eduardo.pires@ifsc.edu.br	Fone: (49) 3561-5706
Nome: Luciane da Costa Campolin	Email: luciane.campolin@ifsc.edu.br	Fone: (49) 3561-5714
Nome: Patrícia Nunes Martins	Email: patricia.martins@ifsc.edu.br	Fone: (49) 3561-5723

Orientação: (Até 3 nomes com telefone e e-mail)

1.4 Contextualização da IES

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública, que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com diversos setores da sociedade catarinense.

A Instituição é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de

Educação Profissional e Tecnológica. Possui uma reitoria e 22 câmpus: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Gaspar, Geraldo Werninghaus, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, Lages, São José, Palhoça-Bilíngue, São Miguel do Oeste, Urupema, Xanxerê, e Tubarão, sendo dois em implantação: São Carlos e São Lourenço do Oeste.

Foi criado em Florianópolis, por meio do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina. O objetivo da instituição era proporcionar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas.

Esse decreto instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes Artífices em todo o País. Nesse início, a instituição oferecia, além do ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica.

Em 1937, por meio da lei nº 378, a instituição mudou de nome e status, para Liceu Industrial de Florianópolis e, cinco anos mais tarde (decreto-lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942), transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos e cursos de mestría. A nomenclatura mudou novamente em 1965, passando para Escola Industrial Federal de Santa Catarina.

A partir de 1968, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC). Naquela época, começou o processo de extinção gradativa do curso ginásial, por meio da supressão da matrícula de novos alunos na primeira série. O objetivo era especializar a escola em cursos técnicos de segundo grau (atual ensino médio), o que passou a ocorrer a partir de 1971, após a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971). Em 1994, foi implantada a terceira unidade de ensino da instituição, a primeira no interior de Santa Catarina, na cidade de Jaraguá do Sul, região norte do estado. Um ano depois, passou a ser oferecido, no município de Joinville, o Curso Técnico em Enfermagem, como extensão da Unidade Florianópolis.

Um decreto presidencial de 27 de março de 2002 criou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC), oferecendo cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação lato sensu (especialização). Em 2005, com a Lei nº 11.195, teve início em todo o País um processo de interiorização e de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Em março de 2008, uma votação que envolveu professores, servidores técnico-administrativos e estudantes do então CEFET/SC aprovou a transformação da instituição em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O projeto de lei que definiu a mudança foi aprovado pela Câmara Federal e pelo Senado e sancionado pelo presidente em 29 de dezembro de 2008.

No ano de 2010, o IFSC ampliou a sua atuação no estado com mais sete câmpus: Caçador, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Geraldo Werninghaus (localizado em Jaraguá do Sul) e Palhoça Bilíngue (libras/português). Paralelamente, cabe descrever história da Educação a Distância (EaD) no IFSC, a qual teve início em 2000, quando a Unidade de São José ofereceu o primeiro curso básico em Refrigeração na modalidade a distância. Em 2002, a Unidade de Florianópolis ofereceu o primeiro curso Técnico em Eletrotécnica a distância e em 2009, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi iniciado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em 2007 o CEFET/SC também aderiu ao programa Escola Técnica Aberta do Brasil (eTEC Brasil/MEC), implantando o Curso Técnico em Informática para Internet. Atualmente, o IFSC oferta cursos em 37 polos de apoio presencial localizados em diferentes municípios de Santa Catarina e de outros estados brasileiros, como Rio Grande Sul, Paraná e São Paulo.

A LEI Nº 11892 DE 29/12/2008 que instituiu a Rede Federal de EPCT estabelece, no seu Inciso VI, que os Institutos deverão qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências às instituições públicas de ensino oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino. Somando a essa demanda legal a Portaria nº 1291/2013 em seu artigo 5º estabelece as diretrizes para a organização dos Institutos e define parâmetros e normas para sua expansão, possibilitando a criação dos Centros de Referência vinculados às Reitorias para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à EPCT. Considerando esse contexto legal o Instituto Federal de Santa Catarina durante o primeiro semestre de 2013 promoveu um participativo debate em toda a instituição e aprovou em Agosto/2013 no CONSUP a criação do Centro de Referência em Formação e EaD. Para a implantação deste Centro foi aprovada uma modificação no marco regulatório da instituição, especialmente no Regimento Geral. O Centro está vinculado à Pró-reitoria de Ensino e atua na implementação e consolidação da Política de Formação do IFSC. Sua finalidade compreende: a formação e qualificação dos servidores do IFSC para o exercício de suas atividades, conforme as finalidades prevista na lei de criação dos IFs; a formação dos servidores da rede pública de ensino para atender as diretrizes estabelecidas em lei; a ampliação e consolidação da oferta formativa dos campus do IFSC por meio da EaD, utilizando-se de metodologias inovadoras e sempre articuladas aos objetivos e metas institucionais. Nesta perspectiva o Centro atua nas áreas de formação de formadores, gestão pública e apoio a consolidação do uso de modalidade de educação a distância em seus 22 câmpus, como instrumento para a ampla socialização do conhecimento e o desenvolvimento do indivíduo em seu contexto social.

2 DADOS DO CURSO

Nome do curso: Curso de Pós-graduação Lato Sensu EAD em Gestão Pública Municipal
Modalidade: à distância
Área: Administração Pública
Carga Horária: 420h + 60h para Seminários Temáticos
Periodicidade: transitória
Período: 18 meses
Número de vagas: 45vagas por polo, distribuídos em sete polos do IFSC.
Horário e frequência das aulas: A distância

2.1 Requisitos Legais

Lei nº 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

- Lei Nº 10.861/2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES;
 - Decreto Nº 2.494/1998 - Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96) sobre EaD;
 - Decreto Nº 5.622, DE 19 de dezembro de 2005, que Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
 - Resolução CES/CNE Nº 1/2001 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação;
 - Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;
 - Resolução CEPE/IFSC nº 105, de 18 de agosto de 2011, republicada em 01 de março de 2016 - Estabelece diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC);
 - Resolução Nº 41, de 20 de novembro de 2014, que aprova o Regulamento DidáticoPedagógico do IFSC;
 - Plano de Desenvolvimento Institucional IFSC - 2015-2019.
- Decreto Lei Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004** – Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que específica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.;
- Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015** – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

2.2 Parceria externa para a realização do curso

Não há.

2.3 Dados para preenchimento do certificado

(Anexado no final deste documento)

*A Reitorado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, tendo em vista a conclusão, em xx/xx/xxxx, do **Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal**, Lato Sensu, Área Administração, confere o título de **Especialista a***

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

De nacionalidade brasileira, natural de Santa Catarina, nascido em xx/xx/xxxx, RG xxxxxx(SSP-SC), CPF xxxxxxxxxxxx, e outorga-lhe o presente certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Florianópolis, 24 de agosto de 2016.

Titulação: Especialista em Gestão Pública Municipal.

Legislação: Resolução CNE/CES no 1, de 8 de junho de 2007; Resolução CEPE/IFSC No 105, de 18 de agosto de 2011, republicada em 01 de março de 2016.

<p>Prof. XXXXXXXXXXXX Coordenador de Curso Portaria nº 250, de 19/10/2015</p>	<p>Titular</p>	<p>Prof.^a XXXXXX Reitora Portaria nº 1861, de 30/11/2011 Publicada no DOU em 01/12/2011</p>
--	-----------------------	--

3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Justificativa da oferta do curso

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma nova gestão de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismomunicipal*.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRUCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não

exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas tal como.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (93%) e apenas 83% tem sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste, a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil, essa situação é mais frequente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

Tabela 1: Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios – 2006

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Cadastro imobiliário		Cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro para cobrança do ISS	
		Total	Informatizado		Total	Informatizado	Total	Informatizado
Brasil	5 564	5 203	4 623	5 196	4 018	3 120	4 661	3 780
Até 5.000	1 371	1 276	1 084	1 277	904	653	1 062	797
De 5.001 a 10.000	1 290	1 175	1 016	1 180	844	624	1 024	815
De 10.001 a 20.000	1 292	1 198	1 065	1 189	923	707	1 095	862
De 20.001 a 50.000	1 033	981	899	975	812	666	919	775
De 50.001 a 100.000	311	308	296	308	278	240	300	279
De 100.001 a 500.000	231	229	227	231	221	196	225	216
Mais de 500.000	36	36	36	36	36	34	36	36

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Tabela 2: Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006.

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
	100,0	70,0	49,5	3,7	42,3	55,3	43,3

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006 IBGE (2006).

Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos: estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

3.2 Objetivos do curso

Objetivo Geral:

Aprofundar os fundamentos teórico-práticos e qualificar profissionais para atuarem na administração pública municipal no que concerne às questões de gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito municipal. Contribuir para reflexões críticas a respeito do trabalho do Gestor Público Municipal e das políticas públicas vigentes no cenário atual.

3.3 Contribuições para o egresso

Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;

Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;

Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos

âmbitos federal, estadual e municipal;

Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

Após a conclusão do curso, espera-se que o profissional exerça suas funções na área de Gestão Pública, transformando sua forma de trabalho e a realidade em que atua, a partir dos conceitos abordados no curso. Espera-se que, ao final da formação, o egresso esteja apto a:

- a) desempenhar com competência ações em instituições públicas, especialmente naquelas voltadas à educação profissional;
- b) aplicar instrumentos de gestão e legislação relacionados ao funcionamento das instituições de educação profissional e tecnológica;
- b) trabalhar com equipes multifuncionais;
- e) fortalecer a cultura da profissionalização da gestão nas instituições de educação profissional.

3.4 Público alvo

Os cursos destinam-se a portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos, ou do terceiro setor, ou que tenham aspirações ao exercício de função pública.

3.5 Ingresso no curso

Para ter acesso ao curso como aluno regular, é necessário:

- i. ter graduação completa; e
- ii. ser selecionado pelo IFSC.

O processo de seleção será por análise curricular e documental, com critérios de pontuação a serem publicados em edital específico, do qual constará o curso com as respectivas vagas, prazos e documentação exigida, instrumentos, critérios de seleção e demais informações necessárias.

No edital de ingresso será inserido um apêndice com uma tabela, em que estarão especificados os critérios de pontuação de cada um dessas etapas do processo de seleção. Estudantes do último ano de graduação podem se inscrever, porém a certificação estará condicionada à apresentação de certificado de conclusão do ensino superior.

3.6 Desligamento do discente

O desligamento do discente ocorrerá conforme legislação vigente, a saber: Resolução CONSUP/IFSC nº41 de 20 de novembro de 2014 e Resolução CEPE/IFSC nº 105/2011 reformulada em 2016, a pedido do estudante ou da instituição. O discente será desligado do curso por iniciativa própria, a qualquer tempo em que o requeira à coordenação de curso, através de requerimento específico, ao qual será anexada a sua comprovação de inexistência de débito com a biblioteca. O coordenador de curso, em conjunto com a equipe pedagógica, terá até 15 dias para emitir parecer a respeito.

O discente será desligado do curso por iniciativa do IFSC quando:

I – nos primeiros 15 (quinze) dias letivos, o aluno da fase inicial do curso deixar de acessar o ambiente virtual de ensino e aprendizagem sem justificativa por um período de 5 (cinco) dias letivos consecutivos, ou a qualquer tempo, enquanto for possível chamar outro candidato para ocupar a vaga;

II – por abandono/desistência, quando o estudante for reprovado em duas unidades curriculares consecutivas por infrequência;

III – por transgressão disciplinar grave, que inclui a prática de plágio;

IV – por falecimento do aluno.

O discente desistente do curso poderá solicitar reingresso ao mesmo quando uma nova turma for oferecida. O reingresso poderá ocorrer em qualquer polo de apoio presencial ou câmpus, sendo a solicitação analisada pela Coordenação do Curso.

4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

4.1 Metodologia

A metodologia de um curso ofertado na modalidade a distância deve propiciar a interação entre todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem e também possibilitar momentos afetivos de aprendizagens colaborativas que contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências delineadas para a formação do perfil profissional. Nessa perspectiva, considera-se que, no campo educacional, a internet surge como uma importante ferramenta para alavancar a qualidade no processo de aprender e de ensinar, estabelecendo canais de comunicação e interação que representam novas perspectivas de acesso e construção colaborativa do conhecimento, independente do distanciamento físico entre professores e alunos.

Considerando que por meio da Web é possível estabelecer uma relação comunicacional e

interativa gerando possibilidades de (re)significar o processo de ensinar e de aprender, o curso de Pós-Graduação em Gestão Pública será desenvolvido no moodle, que constitui uma plataforma de apoio ao ensino a distância disponibilizada pelo IFSC. O moodle possibilita a criação do ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) que constitui o “local virtual, no qual o curso será desenvolvido”. No AVEA a interação ocorre por meio de dispositivos que permitem a comunicação tanto de forma síncrona quanto assíncrona, possibilitando a criação de diferentes situações e procedimentos didáticos que incentivam a dialogicidade e a interação entre os atores envolvidos nesse processo.

Ressalta-se a que comunicação síncrona ocorre em tempo real, possibilitando aos sujeitos envolvidos estabelecerem um processo comunicacional interativo e colaborativo. Neste curso, a comunicação síncrona ocorrerá por webconferências, a serem coordenadas pelos professores em cada uma das unidades curriculares, sendo o número de encontros nessa ferramenta definido de acordo com a carga horária de cada uma delas. No início do curso, a coordenação fará a postagem do cronograma contendo as datas e horários das webconferências. Ainda, algumas atividades síncronas serão realizadas nos Núcleos de Educação a Distância do IFSC. Destaca-se que a Resolução 22/2013, do Conselho Superior do IFSC, aprovou as ações que incentivam a institucionalização da Educação a Distância neste Instituto Federal a partir da criação dos Núcleos de Educação a Distância – NeaD. Portanto, a referida resolução define que núcleos de educação a distância são espaços destinados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas relativas à oferta dos cursos a distância de cada câmpus. As avaliações presenciais de cada uma das unidades curriculares do curso também serão aplicadas nos NEADs, aos quais os alunos estarão vinculados, cumprindo o que estabelece a legislação para a Educação a Distância e a Resolução 105 (IFSC, 2016), quando afirma:

Nos cursos a distância, as provas, defesa de trabalhos, prática em laboratório e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, quando for o caso, ocorrerão obrigatoriamente em momentos presenciais, realizados no Câmpus do IFSC que oferece o curso ou nos polos de apoio presencial, devidamente credenciados.” (IFSC, 2016).

A comunicação assíncrona entre os atores no AVEA acontece em tempos diferentes. No entanto, isso não impede que o processo de aprendizagem colaborativa e comunicação sejam efetivos, pois por meio de procedimentos e recursos didáticos devidamente planejados é possível (re)significar o processo de ensinar e de aprender. Sendo assim, esse curso utilizará os recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem – Moodle. Entre eles, destaca-se fóruns,

chats, objetos de aprendizagem, questionários objetivos e/ou dissertativos, enquetes, wiki, glossário, blog, estudo de caso, portfólio, mapas conceituais, produção de mídias visuais ou auditivas, MOOCs, midiateca, entre outros, que poderão ser utilizados pelas unidades curriculares conforme os objetivos de aprendizagem definidos no plano de ensino.

Dessa forma, o professor assume a mediação com os alunos, na oferta de sua unidade curricular, tendo o suporte dos tutores nos polos ofertantes. Todo o acompanhamento é feito pelo docente/tutor, que estabelece os contatos e estimula a realização das leituras e tarefas disponibilizadas no AVEA, além de tirar dúvidas e repassar novas informações em encontros por webconferência, previstos neste PPC.

A construção do Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem, a produção de material didático e o acompanhamento do curso também contarão com a equipe de Materiais do Cerfead, composta por uma Técnica em Assuntos Educacionais, uma Pedagoga, um Design Gráfico e uma Revisora de Textos. Ainda, haverá o apoio técnico dos dois técnicos em TI do Centro de Referência. A estrutura prevê, ainda, a possibilidade de gravações de videoaulas a serem disponibilizadas aos alunos no AVEA. A Equipe Pedagógica do Cerfead também auxilia a coordenação do curso e os docentes na revisão de documentos como Planos de Ensino, Plano Instrucional e Avaliações presenciais. Ainda, ao final de cada unidade curricular e ao final do curso, essa equipe responsabiliza-se pela postagem, no moodle, de um instrumento de avaliação docente, de modo a acompanhar o andamento do curso.

O curso de especialização em Gestão Municipal terá uma carga horária total de 480h, distribuídas em 3 (três) módulos, com duração de 6 meses cada. O tempo de duração total do curso, portanto, é de 18 (dezoito) meses. Para integralização curricular, o estudante deverá cumprir a carga horária referente aos créditos de cada módulo, além da elaboração de monografia, que revele o domínio do tema escolhido e tratamento científico adequado.

Ressalta-se que a presente proposta comportará “Seminários Temáticos”, com o intuito de destacar, mais acentuadamente, as atividades de pesquisa na realidade vivenciada pelo estudante. É um esforço para permitir que o estudante possa ser um dos atores efetivos, junto com o professor de conteúdo, responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão pública, a partir da sua interação com a própria realidade em que vive.

Todos os módulos definidos neste PPC são obrigatórios, e não há oferta de módulos complementares. A programação dos estudos e o percurso formativo serão estabelecidos por meio da oferta de módulos, organizados em Unidades Curriculares.

Ressalta-se que a presente proposta comportará a elaboração de Trabalho de Conclusão de

Curso, com o intuito de destacar, mais acentuadamente, as atividades de pesquisa na realidade vivenciada pelo estudante. É um esforço para permitir que o estudante possa ser um dos atores efetivos, junto com o professor de conteúdo, responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão pública, a partir da sua interação com a própria realidade em que vive.

4.2 Matriz Curricular

A matriz curricular a seguir apresenta, de forma resumida, as unidades curriculares de cada fase e a respectiva carga horária total. A ementa dos componentes curriculares é apresentada em seguida.

MÓDULO I

Unidade Curricular		Carga Horária
01	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30
02	Estado, Governo e Mercado	30
03	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
04	Indicadores Sócio Econômicos na Gestão Pública	30
05	Políticas Públicas	30
06	Planejamento Estratégico Governamental	30
07	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
Total		210

MÓDULO II

Unidade Curricular		Carga Horária
08	Redes Públicas e Participativas	30
09	Gestão Tributária	30
10	Gestão Democrática e Participativa	30
11	Plano Diretor e Gestão Urbana	30
12	Processos Administrativos	30
13	Gestão de Logística	30
14	Elaboração e Avaliação de Projetos	30
Total		210

MÓDULO III

Unidade Curricular		Carga Horária
15	Seminários Temáticos	60
Total		60

4.3 Componentes curriculares

Unidade Curricular: Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	CH: 30
<p>Competências / Objetivos:</p> <p>Busca-se entender a atual estrutura de Estado vigente, passando pelos períodos históricos desde o início da República até os dias de hoje. O marco é a Proclamação da República, justamente porque é nesse momento que se inicia a formação da identidade independente do país. De forma processual, analisam-se esses acontecimentos e espera-se que os acadêmicos desenvolvam as seguintes competências:</p> <p>Capacidade de entender as mudanças ocorridas no Estado Brasileiro ao longo desse recorte histórico, sobretudo no que tange à administração pública.</p> <p>Desenvolvimento da análise conjuntural (as políticas incrementadas nas várias áreas) de Estado, por intermédio do senso crítico dos alunos. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA</p> <p>Desenvolvimento da visão estratégica do gestor público sobre a administração pública, seja ela municipal, estadual ou federal, a partir do seu conhecimento/estudo da realidade social.</p>	
<p>Conhecimentos</p> <p>Abordagem do aparato do Estado no Brasil, desde o início da República até os dias atuais.</p> <p>Análise do contexto da administração pública atual e sua interligação com a complexidade vivida pela população brasileira.</p> <p>Entender as parcerias entre as Instituições Governamentais e as Não Governamentais, como sendo uma política pública atual.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro: Global, 2003.</p> <p>FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995. HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico: do Império à República. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v.7)</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque de. FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Bertrand Brasil.</p>	

Unidade Curricular: Estado, Governo e Mercado	CH: 30
<p>Competências / Objetivos: Perceber a relevância das relações ideológicas e práticas entre Estado, Governo e Mercado; Ampliar a capacidade de intervenção no processo de planejamento e gestão governamental; Aprimorar competências gerenciais, direcionadas à melhoria de processos administrativos e à otimização dos resultados organizacionais; Compreender as diferentes posições ideológicas no aparato do Estado.</p>	
<p>Conhecimentos Debater sobre as relações entre Estado, Governo e Mercado. Discutir sobre os potenciais e limites dessas relações. Compreender o processo de mudanças na sociedade. Perceber e compreender os processos de mudanças nas organizações do Estado a partir das transformações sociais e ideológicas. Conhecer as características das matrizes teóricas que procuram responder as relações existentes entre Estado, Governo e Mercado. Compreender o contexto de evolução do Estado brasileiro a partir das matrizes teóricas. Avaliar o papel de cada um desses elementos (Estado, Governo e Mercado) nos processos de mudanças sociais. Entender o processo de globalização da economia. Debater sobre o papel da sociedade diante das relações entre o Estado e o Mercado.</p>	
<p>Bibliografia: ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007. BOBBIO, Norberto. Quais as alternativas à democracia representativa? In: BOBBIO, Norberto. Qual socialismo? São Paulo: Paz e Terra, 1983. p. 55-74. GUIDDENS, Anthony. Para além de esquerda e direita. São Paulo: UNESP, 1996. Introdução p. 9 -30.</p>	

Unidade Curricular: O Público e o Privado na Gestão Pública	CH: 30
<p>Competências / Objetivos: Conhecer os princípios que regem o funcionamento da Administração Pública, e como orientam as suas relações com o setor privado e disciplinam a ação dos servidores públicos em todas as esferas de governo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entender as relações entre o público-privado, estabelecendo com clareza a diferença entre administração de empresa e pública • Conhecer os princípios norteadores do serviço público; poderes e deveres do administrador público. • Entender processos como desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais e as relações destes com a gestão pública. • Entender o papel do servidor público como agente do Estado. • Conhecer os princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania; inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com 	

geração de emprego e renda.

Conhecimentos

Entender a dicotomia público-privado.

Conhecer as prerrogativas do poder público sobre os agentes privados.

Conhecer aspectos relacionados entre o Estado com o servidor público.

Conhecer os cinco princípios orientadores da Administração Pública.

Conhecer aspectos relacionados aos contratos do setor público e os agentes privados.

Entender o papel do terceiro setor e a relação com a gestão pública.

Bibliografia:

COELHO, Ricardo Corrêa. O público e o privado na gestão pública. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração/UFSC: Brasília. CAPES: UAB, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

Unidade Curricular:

Indicadores Sócio Econômicos na Gestão Pública

CH:

30

Competências / Objetivos:

Conhecimento sobre a interpretação, formulação e uso dos indicadores socioeconômicos é fundamental, tanto para a aplicação prática dos indicadores no monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas, como na forma de insumo para outros sistemas de gestão como a formulação do orçamento público, definição de prioridades da gestão e melhoria da gestão pública de forma geral.

Não basta para o gestor público simplesmente saber mencionar os principais indicadores socioeconômicos. É preciso desenvolver a capacidade de análise crítica, seleção dos indicadores mais relevantes e se necessário formular indicadores adaptados à realidade local ou questão específica sob estudo.

Capacitar quadros de gestores para utilização de indicadores socioeconômicos para formulação, monitoramento e avaliação de programas públicos; • Disseminar os principais indicadores sociais e econômicos bem como suas fontes; • Contribuir para que o gestor público desenvolva o uso da gestão baseada em fatos e dados para a melhoria do serviço público.

Conhecimentos

Compreender a terminologia, as características e os conceitos associados aos indicadores socioeconômicos.

- Analisar as fragilidades de indicadores, e sistemas de indicadores, bem como as vantagens e desvantagens do uso dos indicadores socioeconômicos na gestão pública.
- Reconhecer as principais fontes de dados para composição de indicadores bem como as fontes de indicadores socioeconômicos com diferentes níveis de abrangência (nacional, estadual, municipal, por região do município).

Bibliografia:

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores socioeconômicos na gestão pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES/UAB, 2009.

. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do

Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005. Disponível em: . Acesso em: 05 jan. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. 2006. Disponível em: . Acesso em: 04 jan. 2011.

JORGE, Marco Antonio; FREI, Fernando; SALES, John Max Santos; LIMA, Brenda Machado. Cálculo e implementação do índice de desenvolvimento da gestão municipal (IDGM) no município de Itabaiana/SE. Planejamento e Políticas Públicas, IPEA, n 34, 2010. Disponível em: . Acesso em 15 jan. 2011.

Unidade Curricular: Políticas Públicas	CH: 30
<p>Competências / Objetivos:</p> <p>Proporcionar aos alunos conhecimento das novas tendências da Gestão Pública, preparando-os para o desafio de compreender, refletir e avaliar políticas públicas, objetivando melhorar os resultados do desempenho funcional, logístico, social e econômico relativos à gestão, bem como melhorar os processos e resultados do trabalho no âmbito do serviço público.</p> <p>Formar gestores com conhecimento para entender o conceito de política pública e estabelecer corretamente as diferenças entre política e política publica para que possa assumir posições de maior responsabilidade gerencial;</p> <p>-</p> <p>Formar e aperfeiçoar gestores públicos, capacitando-os a compreender as distinções entre análise política e análise de políticas públicas, estabelecendo metas e prioridades no seu cotidiano; -</p> <p>Compreender a abordagem sistêmica na análise de políticas públicas e a concepção do ciclo da política pública, e identificar corretamente as fases desse ciclo;</p> <p>Reconhecer atores em uma política pública, identificar suas preferências e recursos de poder; - Proporcionar ao profissional reflexão acerca dos valores éticos da política pública, levando a compreender a importância do monitoramento e da avaliação, bem como os principais critérios utilizados;</p> <p>Fundamentar e instrumentalizar os gestores públicos para o exercício de uma administração mais eficiente, eficaz e dinâmica, familiarizando-se com os conceitos utilizados e compreendendo sua a evolução.</p>	
<p>Conhecimentos</p> <p>Ter uma visão estratégica das políticas públicas e competências na área de administração de políticas e programas governamentais. -Introduzir procedimentos e técnicas inovadoras na administração pública. -Compreender os processos decisórios estratégicos e os ciclo das políticas públicas.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>COUTINHO, Luciano. Coreia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999. DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania. Campinas: Papirus, 1996.</p> <p>DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. Lua Nova, n. 31, 1993, p. 5-46. DUNN, William N. Public policy analysis: an introduction. 3. ed. rev. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004. DYE, Thomas R. Understanding Public Policy. 11 th.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.</p>	

Unidade Curricular: Planejamento Estratégico Governamental	CH: 30
Competências / Objetivos: Formar gestores públicos, como atores centrais do espaço onde ocorre o Planejamento Estratégico Governamental sob a perspectiva da transição para um “Estado Necessário”, coerente não só com as demandas dos estratos marginalizados da sociedade brasileira, mas também de fazer emergir e satisfazer aquelas da cidadania política, social, econômica e ambiental, em oposição ao denominado “Estado Herdado”, tido como homogeneizador, uniformizador, centralizador e tecnocrático. <ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar competências gerenciais, direcionando a melhoria de processos e à otimização dos resultados organizacionais e políticas sociais. 	
Conhecimentos Conhecer o Planejamento Estratégico Governamental. Conhecer a Metodologia de Diagnóstico de Situações. Conhecer a Metodologia de Planejamento de Situações.	
Bibliografia: ALMEIDA, Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. 2004. CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. In: Revista do Serviço Público, Ano 54, n. 1, jan/mar 2003. DAGNINO, Renato P. Planejamento estratégico governamental. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. ETKIN, Jorge. Política, governoy gerencia de las organizaciones. Buenos Aires, Prentice Hall, 2000. FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Atlas, 1995.	

Unidade Curricular: O Estado e os Problemas Contemporâneos	CH: 30
Competências / Objetivos: Compreender as teorias e os conceitos utilizados na abordagem dos problemas sociais contemporâneos; verificar como estes problemas se tornaram preocupação pública, e como seu manejo se organizou ao longo do tempo, segundo diversos modelos, em diferentes contextos nacionais; analisar a trajetória das políticas sociais no Brasil, buscando identificar seu legado para a conformação atual da sociedade brasileira;	
Conhecimentos Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.	
Bibliografia: KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, p.69-103, 2001. Cap. 3, “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”. ITUASSU, Arthur & ALMEIDA, Rodrigo (org.) O Brasil tem jeito? Vol. 2: Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. INSTITUTO DNA BRASIL. 50 brasileiros param para pensar a vocação do país. São Paulo: Instituto DNA	

Brasil, 2005

MÓDULO II

Unidade Curricular: Redes Públicas e Participativas	CH: 30
Competências / Objetivos: Conhecer e refletir sobre a estrutura e funcionamento das relações entre instituições Compreender e planejar possibilidades de colaboração entre órgãos públicos	
Conhecimentos Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital	
Bibliografia: BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) Networks and organizations: structure, form, and action . Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429. CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.). Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico . Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung . Policy Paper, n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001. MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: California management review . California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986. TEIXEIRA, Francisco (Org). Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais . São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.	

Unidade Curricular: Gestão Tributária	CH: 30
Competências / Objetivos: Compreender os conceitos ligados aos tributos públicos Compreender a organização e responsabilidades dos sistemas tributários Compreender e saber planejar ações fiscais	
Conhecimentos Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FICLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de	

recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

Bibliografia:

- BULGARELLI, W. **Sociedades comerciais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
 CARVALHO, Fábio Junqueira; MURGEL, Maria Isabel. **Mini Reforma Tributária**: reflexões sobre a Lei nº 10.637/2002. São Paulo: Mandamentos, 2003.
 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2000.
 FABRETTI, L. C. Prática tributaria da micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2003.
 HARADA, Kiyoshi. **Direito tributário municipal**: sistema tributário municipal. São Paulo: Atlas, 2005.
 MEIRELLES, Ely Lopes. 1993. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo, Malheiros, 2002.
 OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Receitas Não Tributárias**: taxas e preços públicos. São Paulo: Malheiros, 2003.
 PAULSEN, Leandro. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.
 TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). **Leis Complementares em Matéria Tributária**. São Paulo: Manole, 2003.

Unidade Curricular:

Gestão Democrática e Participativa

CH:

30

Competências / Objetivos:

Conhecer os processos e mecanismos da gestão democrática e participativa;
 Promover a discussão do que é política de controle social articulado com a participação popular;
 Investigar as funções dos instrumentos de controle ditos oficiais como Tributação de Contas e Ministério Público. (eu criei Prof Patricia)

Conhecimentos

Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plebiscito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção/participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Compreender o papel dos instrumentos de controle ditos oficiais: Tributação de Contas e Ministério Público, detalhando suas funções e definindo estratégias de atuação da gestão transparente das políticas públicas de Estado, para, conseqüentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

Bibliografia:

- ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. In: **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, São Paulo, fev. 1999.
 AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. In: **Dados**, v. 50, n. 3, Rio de Janeiro, 2007.
 _____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, Campinas jun. 2008.
 AVRITZER, Leonardo. **Reforma Política e Participação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
 AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. In: **Ciências Hoje**, São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991.
 BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e des-consolidação democrática: reflexões

sobre o Brasil contemporâneo. In: **São Paulo em Perspectiva**, 2001, vol. 15, n. 4.
 Cartilha do Orçamento – ENAP.
 DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1997.
 DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, Curitiba jun. 2008.
 GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 69, 2006.
 LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v. 34, n. 3, 1991, p. 311-348.
 MELO, Marcus André. Crise Federativa, Guerra Fiscal e ‘Hobbesianismo Municipal’: efeitos perversos da descentralização? In: **São Paulo em Perspectiva**, 10 (3), 1996.
 SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Porto Alegre: Afrontamento, 2003.
 TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
 SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In: **São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, n. 2, São Paulo, abril/june, 2004.
 SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, dez 2001, vol. 15, n. 4, p. 84-97.
 WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas? In: **Opinião Pública**, vol. 14, n. 1, Campinas, jun. 2008.

Unidade Curricular: Plano Diretor e Gestão Urbana	CH: 30
<p>Competências / Objetivos: Discutir os objetivos de planejamento de cidades, à partir do histórico do planejamento no Brasil. Conhecer e refletir sobre os documentos norteadores do planejamento de cidades. Compreender o que é um plano diretor.</p> <p>Conhecimentos Introdução ao Planejamento: para que planejar as cidades? Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor: A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios; O que é um Plano Diretor; Conteúdo e Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo; Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. Implementação do Plano Diretor: Divulgação, Aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e participativa do plano: monitoramento e Revisão do Plano Diretor.</p>	
Bibliografia:	

GONDIM, Linda (Org.). **Plano diretor e o município**: novos tempos, novas práticas. Rio de Janeiro: IBAM, 1990.

MARICATO, Ermínia. “Sociedades Desiguais, cidades desiguais”. In: **BRASIL, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Os vereadores no processo de elaboração dos planos diretores participativos**. Cartilha. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Abrço da Paz**. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Estatuto da cidade, o jogo tem novas regras**. Cartilha. Belo Horizonte: CREA-MG, 2002. Disponível em: <<http://www.crea-mg.org.br/interna.aspx?id=4040&expand=0>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

PINHEIRO, Otilie Macedo (Coord.). **Acesso à terra urbanizada**: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC, Ministério das Cidades, 2008.

PORTELA Eulalia Andréa Mendes et al. Planos diretores urbanos: limites dos instrumentos e desafios para a gestão urbana. In: **Anais do Seminário Internacional– Gestão da terra urbana e habitações de interesse social**. Campinas: FAU-PUC Campinas – Laboratório do Habitat/Instituto Pólis/Lincoln Institute of Land Policy, 2000. (CD-ROM).

RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Plano diretor e a gestão democrática da cidade. In: **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.

ROLNIK, Raquel et al. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=160>. Acesso em: 2 fev. 2015.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA Renato; NAKANO, Kazuo. **Solo urbano e habitação de interesse social**: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. São Paulo: Pólis. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. In: **A prisão e a agora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Marcelo Lopes de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999.

Unidade Curricular: Processos Administrativos	CH: 30
Competências / Objetivos: Discutir conceitos sobre processos e as organizações em suas múltiplas configurações Perceber as orientações em processos administrativos segundo critérios de interdependência de visões. Ser capaz de construir fluxogramas e mapeamento de processos observando a importância dos registros e documentação dos processos executados.	
Conhecimentos Abordagens conceituais sobre processos; organizações e suas múltiplas configurações; tipos de	

organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxograma; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas.

Bibliografia:

MINTZBERG, H. **Criando Organizações Eficazes**: estruturas em cinco configurações. São Paulo; Atlas, 1995.

ROBBINS, S. P. **O Processo Administrativo**: integrando teoria e prática. São Paulo; Atlas, 1981;

HARVARD B. R. **Processo decisório**: os melhores artigos da Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006;

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008

Unidade Curricular:

Gestão Logística

CH:

30

Competências / Objetivos:

Exposição e discussão das atividades da logística em sua concepção, observando a gestão de estoque e compras assim como o processo de interação com fornecedores.

Conhecimentos

Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

Bibliografia:

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: Planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. **Logística Empresarial**: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. **O Marketing da Logística**. São Paulo: Futura, 1999.

DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**: Estratégia, Operação e Avaliação. Rio de Janeiro: Editora Câmpus, 2001.

VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

Unidade Curricular:

CH:

Elaboração e Avaliação de Projetos	30
<p>Competências / Objetivos: Compreender o papel do gestor municipal, a gestão, o monitoramento, a avaliação, a conclusão de um projeto de os encaminhamentos a serem realizados em seu término</p>	
<p>Conhecimentos Compreender como e em quais contextos a elaboração e estruturação de projetos contribuem para gestão pública municipal e desenvolvimento local. Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e discutir as consistências pertinentes ao projeto.</p>	
<p>Bibliografia: ARMANI, Domingos. Como Elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. BROSE, Markus. Introdução à moderação e ao método ZOPP. Recife: GTZ, 1993. COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. DROR, Yehezkel. A Capacidade para governar: informe ao Clube de Roma. Tradução Carolina Andrade. São Paulo: FUNDAP, 1999. GTZ. Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos: método ZOPP. Recife: GTZ/ SUDENE/IICA, 1993. HUERTAS, Franco. O método PES: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996. MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: Governantes e Governados. São Paulo: FUNDAP, 1996. _____. Estratégias Políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. Tradução Giselda Barroso Sauveur. São Paulo, FUNDAP, 1996. MELNICK, Julio. Manual de projetos de desenvolvimento econômico (Nações Unidas). Rio de Janeiro: Unilivros, 1981.</p>	

4.4 Atividades complementares

4.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se:

- a avaliação da proposta curricular;
- a avaliação da aprendizagem;

- a avaliação do material didático;
- a avaliação da orientação;
- a avaliação do sistema comunicacional da EaD;
- a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Gestão Pública Municipal e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem, é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro; e
- ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de

posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

4.6 Trabalho de Conclusão de Curso

Para a conclusão do curso, os alunos deverão apresentar um trabalho de conclusão de curso, sendo orientados por professores do curso.

O orientador deve participar da discussão, com os professores responsáveis pelas disciplinas, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem e dos Seminários Temáticos.

No desenvolvimento do curso, o orientador é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno sob sua orientação. Além disso, o orientador deve estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de autoaprendizagem.

O orientador, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Com carga horária de 60 horas, o TCC consiste na sistematização, registro e apresentação dos conhecimentos adquiridos e produzidos no curso, aplicados a uma pesquisa empírica, a ser realizada individualmente pelo aluno. O TCC deve ser apresentado na modalidade artigo científico-tecnológico.

Aspectos gerais

O TCC será acompanhado por um professor orientador. Toda a formatação do TCC deve seguir o Manual de Comunicação Científica do IFSC. Em linhas gerais, o artigo, resultado do estudo realizado, deve ter entre 15 e 25 páginas (considerando o formato A4, letra tamanho 12 com espaçamento simples).

Após a conclusão, o trabalho será apresentado em banca. Com a aprovação de todas as unidades curriculares e do TCC, o aluno terá direito ao Título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

No ato da matrícula os alunos deverão assinar o Termo de Licença Gratuita de Direito de uso do TCC, visando à cessão total da obra, em caráter definitivo, gratuito e não exclusivo, para divulgação, disponibilização, transmissão, reprodução, tradução, distribuição para circulação nacional e/ou estrangeira, transmissão ou emissão, publicação, em qualquer meio técnico existente ou que venha existir, sendo vedada qualquer utilização com finalidade lucrativa.

Sobre a orientação

O aluno é responsável por realizar o contato e as tratativas com possíveis orientadores. Uma vez firmado acordo entre o professor e o aluno para a orientação, ambos podem definir o coorientador. Após a definição do orientador e coorientador, o aluno deverá entregar ao Coordenador do Curso o Termo de Aceite de Orientação.

O coorientador poderá, sob autorização do coordenador, ser um membro externo ao IFSC com, no mínimo, título de especialista e conhecimento no tema do aluno. Cópias dos documentos comprobatórios relativos ao coorientador externo deverão ser entregues juntamente com o Termo de Aceite de Orientação.

Quando o número de solicitações para um docente for maior que a carga horária disponível do docente, é facultada ao docente a opção por orientar ou não determinado aluno. Nos casos em que o aluno não conseguir orientador e/ou coorientador, o Coordenador do Curso deverá ser acionado pelo aluno para a realização de intermediações junto ao corpo docente da instituição. Essas tratativas devem ser consideradas pelo aluno para o cumprimento do prazo de entrega do Termo de Aceite de Orientação.

Os alunos que não enviarem dentro do prazo solicitado opções de orientador e coorientador ao coordenador do curso terão suas orientações estabelecidas pelo coordenador.

Cabe aos alunos agendar no mínimo 4 (quatro) encontros presenciais com o orientador ou coorientador, que devem registrar os atendimentos realizados com os alunos. Cabe aos professores-orientadores a definição da dinâmica de participação do coorientador, que deve participar prioritariamente sanando possíveis dúvidas do professor-orientador.

Sobre a defesa

O TCC será apresentado a uma banca examinadora composta pelo professor orientador e mais dois componentes, podendo ser convidado, sob autorização do coordenador do curso, para compor essa banca, um profissional externo, de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo. Todos os membros da banca deverão ter, minimamente, título de especialista.

Caso seja convidado profissional externo para composição da banca, cópias dos documentos comprobatórios relativos ao profissional externo deverão ser entregues juntamente com o Termo de Marcação de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso.

A banca ocorrerá até 6 (seis) meses após a integralização da carga horária total de disciplinas do curso. A defesa constitui sessão pública de defesa do artigo técnico-científico, podendo ser realizada de forma presencial ou a distância, conforme demandas observadas na época da defesa e

com autorização do Coordenador do Curso.

Para estar habilitado a apresentar o TCC, o aluno deverá ter concluído todas as disciplinas do curso com aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis), estar com a documentação exigida para o curso em dia e ter autorização do professor orientador para proceder à apresentação do trabalho.

A data da defesa deverá ser marcada com 30 (trinta) dias de antecedência. Juntamente da marcação da data da defesa o aluno deve também deve apresentar a banca de avaliação. Cabe ao aluno, com o suporte do Orientador e do Coordenador do Curso a marcação da defesa e definição da banca de avaliação. No ato da marcação da defesa, o aluno deverá entregar o Termo de Marcação de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso preenchido e com as devidas assinaturas, em duas vias.

Uma vez marcada a defesa, o TCC pronto deverá ser entregue ao Coordenador do Curso em três vias impressas e encadernadas 20 (vinte) dias antes da defesa, para distribuição aos membros da banca. A não entrega do das vias do TCC resultará na impossibilidade de defesa e consequente reprovação no TCC. Em caso de reprovação, o aluno terá o direito a realização de nova apresentação em até a integralização do curso, seguindo as mesmas regras da primeira apresentação, conforme descrito anteriormente.

Cabe ao professor orientador (ou professor por ele designado em seu impedimento) presidir a banca de defesa e lavrar a ata de defesa. Após a abertura da banca pelo orientador, o aluno terá 20 minutos para exposição e mais 10 minutos para arguição pelos membros da banca. Durante a arguição pelos membros da banca serão sanadas possíveis dúvidas em relação ao trabalho.

A avaliação do TCC terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação). Será atribuída ao TCC uma pontuação entre 0 (zero) e 10 (dez) e o estudante será aprovado com, no mínimo, nota 6 (seis).

Caso o estudante não alcance a nota mínima de aprovação, deverá ser reorientado com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação. Caso o aluno seja reprovado na banca, ele terá direito a realização de nova apresentação até a integralização do curso, que é de 18 (dezoito) meses. Essa nova apresentação seguirá as mesmas regras da primeira apresentação. A nova apresentação deverá ser agendada com a coordenação do curso de acordo por meio da entrega de um novo Termo de Marcação de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso. Essa nova oportunidade será dada ao aluno apenas uma vez, sendo que, caso o aluno seja reprovado ele não terá direito ao certificado de Especialista.

Ao final da defesa e da reunião privada da banca, deverá ser lida a ata para os presentes, informando a aprovação ou não do aluno. Junto à ata de defesa deverá ser anexado documento

comprobatório da submissão do artigo a periódico científico da área.

A conclusão do curso ficará condicionada à entrega do texto final, em prazo de até 20 dias caso a banca não solicite alterações; e de até 30 dias caso a banca as solicite mediante registro na ata de defesa. A cópia final da monografia deverá obedecer aos critérios metodológicos e de formatação apresentados na unidade curricular Métodos de Pesquisa I. Devem ser entregues ao Coordenador do Curso 2 (dois) exemplares da versão final do TCC, com as devidas correções, sendo: 1(uma) cópia física a ser disponibilizada na biblioteca do câmpus do curso e 1(uma) cópia digital (gravada em CD ou DVD). Caso o aluno não entregue as cópias mencionadas, ele ficará pendente para a retirada do certificado do curso.

Cabe ao aluno, após a entrega da cópia final do TCC, solicitar à secretaria a expedição de seu certificado.

O prazo para a apresentação do TCC poderá ser prorrogado por um prazo máximo de 3 (três) meses, salvo os casos já previstos na legislação. A prorrogação de prazo deverá ser solicitada à Coordenadoria do Curso por meio do Termo de Solicitação de Prorrogação de Prazo. Em caso de prorrogação, a nova apresentação deverá ser agendada com a coordenação do curso por meio da entrega de um novo Termo de Marcação de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso.

Nenhum TCC poderá ser apresentado após a integralização do curso. O aluno que não apresentar o TCC nesse período não poderá concluir o curso e obter o título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

4.7 Atividades de Tutoria (para cursos EAD)

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor pode participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor pode se responsabilizar pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que

dificuldades apresenta, se ele coloca-se em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria a prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação adequada, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada antes do início do curso e ao longo do curso.

Os tutores, presenciais e a distância, serão selecionados por meio de edital público. Será exigida formação de nível superior e experiência mínima de um ano no magistério do ensino básico ou superior, ou formação pós-graduada, ou vinculação à programa de pós-graduação. Atuarão no curso um tutor presencial para cada 40 alunos e um tutor a distância para cada pólo de apoio presencial, conforme regras definidas pela Capes.

De acordo com os Referenciais de Qualidade para EAD (SEED, 2007, p. 21) um sistema de tutoria necessário ao estabelecimento de uma educação a distância de qualidade deve prever a atuação de profissionais que ofereçam tutoria a distância e tutoria presencial.

Segundo o MEC (maio/2012), o **tutor a distância** atua a partir da instituição mediando o processo pedagógico com estudantes geograficamente distantes e referenciado aos polos de apoio presencial. São atribuições do tutor a distância: esclarecimento de dúvidas pelos fóruns de discussão na internet, pelo telefone, participação em videoconferências; promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos; participar dos processos avaliativos de ensino e aprendizagem.

Como recursos para interlocução poderão ser utilizados:

- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Videoaulas;
- Telefone;
- e-mail;

4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente

NÃO SE APLICA.

4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica

NÃO SE APLICA.

5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.1 Coordenador do Curso

Ambos, docentes e tutores, serão selecionados via edital específico, a ser conduzido pelo CERFEAD. O coordenador de curso será indicado pelo câmpus ofertante.

5.2 **Corpo Docente**

Docente	Titulação Máxima	Área de Conhecimento da Titulação Máxima
Carlos dos Passos Paulo Matias	Mestre	História
Danielle Regina Ullrich	Doutora	Administração
Eduardo Nascimento Pires	Mestre	Engenharia de Materiais
Fernando Augusto Groh de Castro Moura	Mestre	Sociologia
Samuel da Silva Feitosa	Mestre	Informática
Luana de Gusmão Silveira	Mestre	Letras
Diogo Moreno Pereira Carvalho	Mestre	Letras
Pierry Teza	Mestre	Administração
Marisa Santos Sanson	Mestre	Administração
Eduardo Batista von Borowski	Mestre	Ed. Física
Jaison Schinaider	Doutor	Filosofia
Patrícia Frangelli Bugallo Lopes	Doutora	Geografia
Rodrigo Acácio Paggi	Doutor	Engenharia de Materiais
Eduardo do Nascimento	Doutor	Engenharia de Materiais
Vinícius Deon	Mestre	Engenharia de Materiais
Salézio Francisco Momm	Mestre	Física
Robson Piacente Alves	Mestre	Matemática
Ricardo Guz	Mestre	Química
Mayara Tsuchida Zanfra	Mestre	Inglês

5.3 Colegiado do Curso

Não se aplica.

6 INFRAESTRUTURA FÍSICA

6.1 Instalações gerais e equipamentos

A infraestrutura de laboratórios para o Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal tem o suporte presencial dos laboratórios utilizados para os cursos técnicos e de graduação.

Esta infraestrutura faz com que se torne viável o funcionamento do curso. O Câmpus Caçador dispõe de salas de aula climatizadas, sala adaptada como auditório, biblioteca, além de outras instalações. Possui, ainda, acesso à Internet por meio de fibras ópticas a partir de ponto de presença da RNP localizado na própria instituição.

O Câmpus dispõe também de ambientes dedicados a estudos e pesquisa para os professores e ambientes dedicados às atividades de iniciação científica de bolsistas vinculados a projetos de pesquisa e extensão.

O Câmpus conta atualmente com 12 salas de aula, equipadas com quadro branco e projetor multimídia. Computadores com acesso à internet estão localizados na mesa do professor, além de projetores multimídia instalados no teto. No que concerne à Biblioteca do Câmpus Caçador, destaca-se sua finalidade em reunir, organizar e disseminar informações para oferecer suporte a alunos e servidores docentes e técnico-administrativos na realização de suas atividades acadêmicas, proporcionando-lhes mecanismos que visem estimular o uso de seu acervo e incentivar a leitura, criando, em seu ambiente, oportunidades para a concretização da missão institucional.

6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD)

O curso será ofertado a partir do fomento recebido da Universidade Aberta do Brasil – Capes, e os encontros presenciais ocorrerão nos polos de apoio presenciais da Universidade Aberta do Brasil ou nos Núcleos de Educação a Distância do IFSC, conforme Cooperação Técnica entre Prefeituras e IFSC.

Os polos que receberão o curso, em primeira oferta são listados abaixo:

- IFSC Caçador
- IFSC Araranguá

- IFSC Chapecó
- IFSC Canoinhas
- IFSC Criciúma
- Polo UAB de Otacílio Costa
- Polo UAB de Indaial

Para cada polo, serão ofertadas 45 vagas, totalizando 315 vagas.

6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)

A sala de tutoria de EaD está localizada no NeaD do Câmpus, contando com duas mesas com cadeiras e um computador conectado a internet, à disposição dos tutores que necessitem um local para trabalho.

6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD)

O Câmpus de Caçador oferece uma sala de aula com Vídeoconferência, que pode ser utilizada para eventuais aulas transmitidas para outros polos, além de uma equipe de Tecnologia da Informação para suporte.

6.5 Biblioteca

O acervo é especializado, de acordo com os cursos oferecidos em suas diferentes áreas. A biblioteca dispõe de condições físicas para o estudo local e acesso à internet em ambiente climatizado. Os principais serviços oferecidos são: consulta local e online ao acervo; empréstimo domiciliar; reserva de material; renovação de empréstimo local; levantamento bibliográfico; orientação na normalização de trabalhos acadêmicos; serviço de referência e visitas orientadas. A biblioteca está informatizada com sistema Sophia Biblioteca, permitindo a consulta direta do acervo pela Internet. A infraestrutura de laboratórios para o Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal tem o suporte dos laboratórios utilizados para os cursos técnicos em Plásticos, Informática, Administração, Qualidade, Eletromecânica, Sistemas de Informação e Engenharia de Produção, além das disciplinas propedêuticas, dos cursos integrados.

7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Por se tratar de uma oferta pautada em fomento externo (UAB), com matriz curricular e material didático já formatado, o acompanhamento será dado pela coordenação do curso, avaliando se os conteúdos previstos no PPC estão sendo desenvolvidos no tempo previsto. Ainda, a pesquisa realizada junto aos alunos ao final de cada disciplina possibilitará o aprimoramento do curso, como um todo, para ofertas subsequentes.

8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO

RESOLUÇÃO nº 018, de 29 de setembro de 2016 – Colegiado do Câmpus Caçador: Aprovação *ad referendum* da criação e oferta do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, na modalidade EAD.

9 ANEXO

*A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, tendo em vista a conclusão, em xx/xx/xxxx, do **Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Lato Sensu, Área Administração**, confere o título de **Especialista a***

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

De nacionalidade brasileira, natural de Santa Catarina, nascido em xx/xx/xxxx, RG xxxxxxx (SSP-SC), CPF xxxxxxxxxxx, e outorga-lhe o presente certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Florianópolis, 24 de agosto de 2016.

<p>Prof. XXXXXXXXXXXX Coordenador de Curso Portaria nº 250, de 19/10/2015</p>	<p>Titular</p>	<p>Prof.^a XXXXXX Reitora Portaria nº 1861, de 30/11/2011 Publicada no DOU em 01/12/2011</p>
---	-----------------------	---

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Ensino
Coordenadoria de Registros Acadêmicos

nº 1, de 03/04/2001; da Resolução CNE/CES nº 1, de 08/06/2007; e da Lei nº 11892, de 29/12/2008.

DADOS DO REGISTRO

Processo administrativo: PGFLN.1701.23292.015494/2016-60
Registro nº 1701, Livro PGF03, Folha 1701
Data do registro: 24/08/2016

XXXXXXXXXXXXX

Coordenador de Registros Acadêmicos
Portaria nº 218, de 19/02/2013
Publicada no DOU em 20/02/2013
Matrícula Siape: xxxxxx

Curso aprovado pela Resolução nº do Conselho Diretor do IFSC

Período do Curso: 2017/2 – 2018/1

Carga horária total: + de monografia

Título da Monografia: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx